

O LUSITANO NO INDO-EUROPEU UMA PEÇA FORA DO PUZZLE?

Carlos Sousa e Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
silvacarlosrogerio@gmail.com

Recebido em: 14/02/2019
Aprovado em: 20/06/2019

Resumo :

Neste estudo, discutiremos as diferentes propostas de enquadramento do lusitano na família indo-europeia que a ligam ao ramo céltico (Renfrew, 1998), pré-céltico (Witczak, 2005) e itálico (Villar, 1991 e Prósper, 2002). Por nenhuma delas ser satisfatória, recolocaremos a língua no ‘puzzle’ indo-europeu, seguindo um modelo de Garrett (1999, 2006), apontando contribuições da mesma para a construção do modelo do *dialect continuum* e inclusão neste último. Porém, concluiremos que é já suficientemente especulativo rotulá-la como «indo-europeia», dada a escassez de dados e o abismo temporal que nos separa da observação desta língua e, há que admitir que há coisas que poderemos nunca vir a saber.

Palavras-chave : Substratos – Paleolínguas Hispânicas – Indo-Europeística

Abstract :

In this paper, we will discuss the different hypotheses for the Lusitanian’s position within the Indo-European family, the ones that link it to the Celtic branch (Renfrew, 1998), pre-Celtic (Witczak, 2005) and Italic (Villar, 1991 and Prósper, 2002). None of which is satisfactory enough, so we will re-locate the language in the Indo-European puzzle following a model suggested by Garrett (1999, 2006), pointing out some Lusitanian features that support the dialect continuum model. However, we will conclude that, in linguistic terms, it is good enough to label it as «indo-european», once there is not enough data and the time depth is too large to make further speculation.

Keywords : Substrates – Hispanic Paleo-languages – Indo-Europeanistics

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, houve línguas que desapareceram e outras que emergiram, em função de diversos fatores sociais, geográficos, demográficos, entre outros. Na verdade, modernadamente, excetuando as línguas que dispõem de um conjunto de materiais que podem ser decifrados, a maior parte das línguas extintas serão para sempre desconhecidas (François, 2015: 161), em termos de estruturas linguísticas.

Mesmo havendo alguns dados da arqueologia, ou, mais concretamente, da epigrafia, das «paleolínguas», chegam-nos resquícios praticamente nulos e muito fragmentários, o que torna a sua reconstrução uma tarefa muito difícil, precária e, em muitos casos, baseada em conjeturas altamente improváveis, para além de serem levadas a cabo mais por arqueólogos do que por linguistas. Neste sentido, mesmo não sendo os maiores especialistas no assunto e, ao mesmo tempo, conscientes do quão falível é tudo o que se possa afirmar, decidimos escrever este artigo em jeito de «nota linguística» ao lusitano.

Partindo dos pressupostos de que 1) o «lusitano» era uma língua unitária (Untermann, 1965; Villar, 1991; Prósper, 2002; Witczak, 2005) e de que 2) era uma língua indo-europeia (Clackson, 2007), discutiremos, com base em dados linguísticos, as diferentes teses que têm sido defendidas em relação à filiação do lusitano dentro desta família linguística, privilegiando o modelo de Garrett (1999, 2006). Estes pressupostos serão seguidos num primeiro momento por, por um lado, estarem de acordo com a maior parte da bibliografia analisada e, por outro, por facilitarem, de certa forma, a compreensão dos problemas tratados, mas não deixaremos de debatê-los nas considerações finais, bem como de discutir a questão do contínuo dialetal indo-europeu (doravante, IE).

Ao longo de todo o artigo, não podemos perder de vista que o nosso conhecimento será sempre limitado por várias razões. Em primeiro lugar, como evoca Paz (2008: 7), ao recordar as palavras de Labov, por este conhecimento se obter fazendo o melhor uso possível de dados deficientes e, em seguida, porque estes “dados deficientes”, no caso do lusitano, têm imperativamente de ser olhados com alguma

desconfiança, uma vez que uma das principais fontes, isto é, a epigrafia, nos chega “com recurso a uma adaptação (...) a uma escrita já totalmente desenvolvida e introduzida na Península Ibérica por um processo de colonização romana” (Miguel, 2013: 59) e, portanto, não se sabe até que ponto influenciada pelo latim.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Tradicionalmente, identificam-se dez ramos ou subgrupos diferentes na família indo-europeia: o anatólio, o indo-iraniano, o grego, o itálico, o céltico, o germânico, o arménio, o tocário, o balto-eslavo e o albanês (Fortson, 2015: 645). Para além disso, existem algumas línguas ou blocos linguístico-dialetais, como o trácio e o messápico, que pertencem à família, mas a sua filiação é muito discutível, se não impossível de se fazer, dada a escassez de material linguístico a que foi possível aceder até hoje.

O estabelecimento de subgrupos, no entanto, é uma tarefa dificultada, tal como a reconstrução das paleolínguas, pelo abismo temporal com que se trabalha e, no caso indo-europeu, agravado pelo problema do *multi-branching*. Tipicamente, a árvore filogenética do IE é apresentada como um conjunto de ramos que irradiam diretamente a partir de um único ancestral comum, ao contrário do que acontece com muitas outras famílias conhecidas, nas quais se representa como uma sequência de bifurcações sucessivas (Fortson, 2015: 646).

Neste sentido, como iremos ver, os chamados *outliers*¹ (Garrett, 1999) agravariam ainda mais o problema, por constituírem ainda mais algumas ramificações diretas do IE. Por isso, linguistas e arqueólogos que estudam a filogenia desta família linguística tentam, frequentemente, «forçar» a inclusão de línguas ou blocos linguístico-dialetais como o lusitano num dos dez ramos tradicionais.

Villar (1991) e Prósper (2002), por exemplo, pretendem ligar o lusitano ao ramo itálico do indo-europeu. No entanto, esta tese tem de ser olhada com muita cautela, dado que as marcas aparentemente itálicas podem ser resultado da interação entre a «língua lusitana» e a língua latina, a primeira já numa fase terminal da sua existência.

Para além da hipótese dos estudiosos espanhóis já referidos, Untermann (1965) e Renfrew (1998: 232), apoiados sobretudo em dados lexicais e em convicções arqueológicas, advogavam que esta língua é parte do ramo céltico. Ramat & Ramat (1998: 354) também incluem esta língua entre as célticas, salvaguardando, todavia, que “the celtic nature of the Lusitanian is dubious”.

Há ainda aqueles, como Beekes (2011: 28), que afirmam que o lusitano “seems to be Indo-European, but not Celtic”, embora não assumam uma posição quanto à sua classificação filogenética interna, nem mesmo deem certezas de que é uma língua indo-europeia.

Por seu lado, as gramáticas do IE de Kuriaki (2007: 61) e Quiles & López-Menchero (2012: 105-106) incluem-no na categoria dos «dialetos fragmentários», a par do liburno, do ligúrio, do venético e do messápico, supostas fragmentações diretas do indo-europeu com ligações estreitas aos ramos céltico e itálico. Porém, esta proposta não é satisfatória, pois, por um lado, é uma forma de deixar a questão em suspenso, como é natural muitas vezes em ciência, e, por outro, agrava o problema do *multi-branching*².

Há ainda quem, como Blazek (2006: 15), tente conciliar as duas perspetivas, defendendo que esta língua resulta de uma fragmentação do proto-italo-céltico por volta do terceiro e segundo milénios a.C., quando estes dois ramos ainda não se distinguem.

Todavia, outra das teses de colocação do lusitano que emergiram é a de Witczak (2005: 469-470), que considera esta língua pré-céltica, isto é, tal como o proto-belga, o proto-lusitano faria parte de um primeiro dissidente celta que se teria separado do indo-europeu entre 2600 e 1900 a.C.. Esta hipótese, para além de concordar com o mapa de expansão do indo-europeu traçado por Bouckaert et al. (2012: 959), tem um forte suporte na arqueologia, tendo em conta nomeadamente o que se sabe da expansão da «cultura do vaso campaniforme», e nos processos fonológicos que foi possível estudar através da onomástica belga e lusitana.

Uma outra teoria concorrente, mas ainda um pouco marginal, é a fundada por Garrett (1999, 2006), que ganha peso com o trabalho conjunto apresentado por Will

Chang et al. (2015) e sustentado por Anthony & Ringe (2015), i. e., o modelo do *dialect continuum*.

Na medida em que esta é a única proposta que, por ser compatível com qualquer língua, consegue enquadrar o lusitano no panorama indo-europeu, a hipótese do contínuo dialetal, aplicada a ramificações de línguas mais tardias, como as românicas, resolve o problema do *multi-branching* e torna dispensável a obsessão de enquadrar obrigatoriamente «dialetos fragmentários» num subgrupo do IE.

Segundo este modelo, sobre o qual discorreremos mais longamente, o indo-europeu ocidental e setentrional, tradicionalmente lido como uma divisão em três grupos – o grego, o itálico e o céltico – não se dividiria desde logo em ramos (como estes três), mas, inicialmente, dispunha-se sob a forma de um contínuo dialetal, a par com o lusitano, o messápico, o venético e demais chamados *minor groups*³.

FRAGMENTOS DE UMA GRAMÁTICA PERDIDA

Como já vimos, o Noroeste peninsular, no período imediatamente antes da ocupação romana, era um espaço geográfico dividido entre, no mínimo, dois grandes blocos linguístico-dialetais dominantes, um seria aquele que genericamente designamos por galaico, de natureza céltica, e outro, o lusitano:

In the northwest of the Iberian Peninsula, and more specifically between the west and north Atlantic coasts and an imaginary line running north-south and linking Oviedo and Merida, there is a corpus of Latin inscriptions with particular characteristics of its own. This corpus contains some linguistic features that are clearly Celtic and others that in our opinion are not Celtic. The former we shall group, for the moment, under the label northwestern Hispano-Celtic. The latter are the same features found in well-documented contemporary inscriptions in the region occupied by the Lusitanians, and therefore belonging to the variety known as Lusitanian, or more broadly as Gallo-Lusitanian. As we have already said, we do not consider this variety to belong to the Celtic language family (Jordán Colera 2007: 750).

Em ambos os casos, à semelhança do que se passa com as outras paleolínguas, as nossas principais fontes para estudo são a toponímia, a antroponímia e a teonímia. Contudo, a situação do lusitano é um pouco diferente, pois, para além destas fontes, chegou até aos nossos dias um pequeno corpus de epígrafes, sobretudo de natureza religiosa, escritas com o alfabeto latino, que nos fornecem dados preciosos para a análise linguística. De facto, enquanto, por exemplo, no caso do galaico, podemos apenas fazer aproximações linguísticas, no lusitano podemos fazer algumas com base nesta documentação, ainda que muito pontuais e devendo ser feitas com cautela. Schmidt (1985), por exemplo, tenta verificar o padrão de ordem de palavras desta língua. No entanto, a contaminação do latim é, talvez, o mais provável (Moravčik, 2012).

Apesar de parecer trivial tudo o que possamos extrair deste corpus escrito que se supõe ser lusitano, atestado apenas no século I d.C., ou seja, bastante recente em relação a outras línguas indo-europeias como o latim, o grego e o sânscrito, não o é completamente. Como afirmam Mallory & Adams (2006: 13-14), “the antiquity of attestation (...) is not a guide for the utility of a language group to contribute to our understanding of the development of Indo-European”, dando como exemplo o báltico que, tendo como fonte escrita mais antiga um documento da idade moderna, contribuiu largamente para os estudos da linguística indo-europeia. O que é preciso, no entanto, é separar muito bem aquilo que é latim, daquilo que é autóctone.

Na verdade, há quem conjecture que, tal como o lusitano, a maior parte das línguas faladas no Mediterrâneo por volta de 500 a.C., suplantadas pelo latim, eram, na sua maioria, ramos independentes do indo-europeu e não parte de um subgrupo (Clackson, 2007: 7). Porém, como verificaremos, esta não será uma solução viável, uma vez que, mesmo exclusivamente a partir de dados linguísticos, não há uma unidade na natureza dos traços, ou seja, aquilo a que aqui chamamos lusitano recupera características de vários subgrupos da família indo-europeia, não sendo propriamente «independente», como vamos mostrar com base na inscrição de Lamas de Moledo (cf. Tabela 1).

RVFINVS ET
TIRO SCRIP
SERVNT
VEAMNICORI
DOENTI
ANGOM
LAMATICOM
CROVGAI MAGA
REAIGOI PETRAVIOI T
ADOM PORGOM IOVEAI
CAEILOBRIGOI

Tabela 1. Transcrição da epígrafe de Lamas de Moledo (Viseu).

Fonte: Untermann (2001) *apud* Miguel (2013: 13).

Vamos, agora fazer uma análise linguística mais próxima do corpus, rever as teses apresentadas no enquadramento teórico.

TRAÇOS LEXICAIS

Muitos dos itens lexicais da epígrafe apresentada na Tabela 1 têm, de facto, cognatos célticos, que podem não ser mais do que empréstimos do contacto com os blocos linguístico-dialetais circundantes. A título de exemplo, temos o segundo componente de VEAMINICORI, aparentado com o irlandês antigo *cuire* “bando/grupo”, mas também com outros componentes de várias línguas do grupo indo-iraniano, como o persa *kara-* “exército”, algo que se repete em todas as inscrições e noutras palavras desta epígrafe, como TANDOM e IOVEA, que já não têm cognatos célticos, mas têm sempre pelo menos um no ramo grego e, ainda mais, no indo-iraniano, conforme diz Blazek (2007: 10-11). Apesar disto, este estudioso considera que as

“isoglosses connecting Lusitanian with Indo-Iranian apparently reflect the peripheral archaisms, which are also typical for Italic and Celtic” (*ibidem*: 15).

Para além disso, na toponímia evidencia-se o lexema celta *briga*, que significa nestas línguas “elevação de terreno/fortaleza” e que entra na composição de toda a toponímia da zona indoeuropeizada da Península Ibérica (Paz, 2008: 13).

Todavia, a presença deste componente na área lusitana não nos obriga a aceitar que a língua aqui falada seja céltica, mas, pelo contrário, este lexema pode ser facilmente considerado um empréstimo céltico que entrou para o lusitano, língua não céltica, por via do contacto com as línguas deste subgrupo que, numa fase tardia, o cercavam: a norte o galaico, a este o celtibero e a sul uma outra língua cuja identidade se desconhece.

Por outro lado, o aparecimento recorrente da conjunção *indi*, que, embora não apareça em Lamas de Moledo, aparece oito vezes em todo o corpus epigráfico, leva-nos a descurar mais uma vez a teoria que liga o lusitano ao ramo céltico. De facto, esta conjunção tem como cognatos mais próximos as formas do germânico (antigo alto alemão *unti*, saxão antigo *endi* e inglês *and*), enquanto que nas línguas celtas é inexistente ou, pelo menos, desconhecida (Villar, 1991: 456).

Assim, em termos de léxico, como vimos acima, o lusitano parece recuperar termos de vários ramos, pelo que não podemos associá-lo taxativamente a um deles, nem podemos dizer que se trata de uma ramificação independente do indo-europeu.

TRAÇOS FONOLÓGICOS

O principal argumento que afasta o lusitano do ramo céltico é a preservação do fonema /p/ inicial, como vemos na palavra *porcom* “porco”, em contraste com o irlandês *orc* (Villar, 1991: 455), que segue a evolução do indo-europeu tardio *p> *Φ> *h> céltico Ø (Quiles & López-Menchero, 2012: 106). No entanto, numa fase em que

italo-céltico ainda não se distinguiram, o *p mantinha-se, daí a tese de Blazek que já referimos anteriormente. Porém, a nosso ver, este argumento não serve de explicação para o problema em estudo, pois pode evidenciar pura e simplesmente mais uma das muitas influências do latim que se veem nas epígrafes e não uma característica do próprio lusitano.

Outro argumento que comprova a filiação não céltica desta língua é a inovação da labiovelar indo-europeia *k^w, que se conserva em todo o grupo céltico, mas no lusitano aparentemente evoluiu para /p/.

Por fim, segundo Villar (1991: 457), “uno de los rasgos más decisivos contra el carácter celta” é o tratamento da labial sonora aspirada indo-europeia *b^h como fricativa surda /f/, que vemos no vocábulo IFADEM da inscrição de Cabeço de Fráguas. Porém, se estes traços nos levam a separar o lusitano do céltico, não nos levam a aproximá-lo de nenhum outro grupo, pelo que a conclusão que permanece é aquela já apresentada, isto é, de que as características da hipotética evolução diacrónica do lusitano assemelham-se às de vários grupos ao mesmo tempo e, como tal, a única hipótese que sobra é a do contínuo dialetal, que teria existido entre o lusitano e estes grupos.

TRAÇOS MORFOLÓGICOS

Apesar do corpus limitado, tanto Witczak como Blazek (2006: 14-15) reconstruíram tabelas da flexão nominal do lusitano com aquilo que dele foi possível extrair, concluindo que existiam nesta língua, pelo menos, nomes de tema em -a-, -o-, consoante, -i- e -u-, declináveis em nominativo, acusativo, genitivo, dativo, ablativo e locativo, que não apresentam grandes inovações em relação ao próprio indo-europeu.

O espólio verbal que nos chegou é, por seu lado, ainda mais reduzido. Todavia, os poucos itens encontrados são determinantes no encaixe desta língua no “puzzle” do indo-europeu, como vamos ver ao analisar a forma DOENTI.

É possível que esta forma verbal, absolutamente incompatível com o ramo céltico, tanto pelo radical como pela desinência, se trate da forma do presente do

indicativo do verbo que significa ‘dar’, conjugada na terceira pessoa do plural. O radical *do-* não sobreviveu nas línguas célticas (Villar, 1991: 456); no latim, representante das línguas itálicas, é *d-*; de modo que esta forma só encontra paralelo no grego $\delta\omicron-$ / $\delta\omega-$ (raiz alternante). Por outro lado, a vogal temática *-e-* da terceira pessoa do plural também denota uma grande semelhança com esta última língua, bem como a terminação *-nti*, comum também ao sânscrito, mas que no ramo grego é aparentemente um arcaísmo mantido apenas no dórico⁴, dialeto da Grécia ocidental.

Neste ponto, a hipótese de esta língua constituir uma fragmentação do italo-céltico já não é capaz de dar respostas, pelo que se torna necessário enquadrar o lusitano num outro tipo de modelo que não o de distribuição genética das línguas indo-europeias por ramos, mas vê-las como um contínuo.

CARACTERÍSTICAS SINTÁTICAS

Partindo da epigrafia mas, sobretudo, das tabelas nas quais Miguel (2013: 63-64) procura enquadrar os funções sintáticas desempenhadas por cada constituinte segundo as interpretações dos vários estudiosos do lusitano, verificamos que o padrão de palavras encontrado pode por vezes ser OVS, mas, na verdade, o mais comum é o SVO, que supostamente seria a ordem não marcada do lusitano (Prósper, 1999: 155), em concordância com Schmidt (1985) e Villar (1991). Em qualquer destes casos, o padrão é sempre distinto do das línguas célticas, tanto das continentais (Lehmann, 1980: 90 e 119), como das insulares (ibidem: 67-68), isto é, VSO.

Por outro lado, vemos que, tal como comumente acontece nas línguas SVO, no lusitano o adjetivo aparece preferencialmente depois do nome e o objeto direto antes do indireto, como vemos nesta representação simplificada em árvore do principal segmento da inscrição de Lamas de Moledo, apresentada na Figura 1:

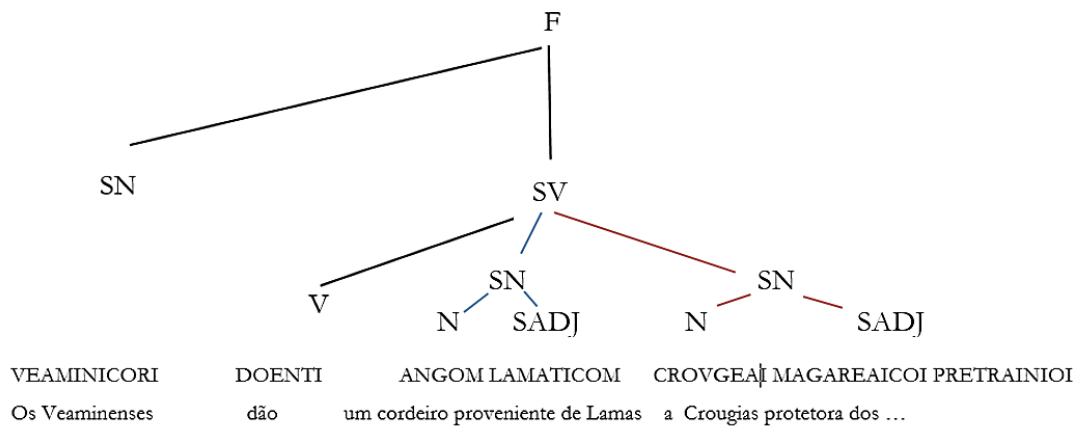


FIGURA 1. Representação em árvore de uma oração da epígrafe de Lamas de Moledo.

Porém, dada a elevada escassez dos dados, a possibilidade elevada de contaminação do latim e a grande variação que existe no próprio panorama indo-europeu, não nos atrevemos a tirar qualquer conclusão a partir da observação da sintaxe inscrita nas epígrafes.

UMA OUTRA VISÃO: O MODELO DO *DIALECT CONTINUUM*

No fim do último século, observando os casos do Linear B face aos outros dialetos gregos, do venético face ao ramo itálico e do lusitano face ao céltico, Garrett (1999) concluiu que, ao invés de agravar a multiramificação do indo-europeu, era possível criar um novo modelo que enquadrasse estes *outliers*.

Tendo verificado que, por exemplo, no caso grego, os dialetos orientais tinham como terminação da primeira pessoa do plural no presente do indicativo *-men*, enquanto que os ocidentais o morfema era *-mes*, alguns estudiosos aproximam estes morfemas do itálico *-mus*. Nesta linha de raciocínio, as línguas que, como o venético, ora eram associadas ao céltico, ora ao itálico, partilhando características de ambos e outros ramos, eram tidas como descendentes diretas do IE. Começou-se, assim, a defender que os ramos que ocupam a Europa setentrional e ocidental não tiveram uma ramificação

imediate, mas dispunham-se neste território sob a forma de um contínuo dialetal (cf. Figura 2). Portanto, os ramos do IE teriam emergido da convergência local naquilo que era inicialmente um contínuo dialetal, ou seja, com o tempo, os intervalos entre o contínuo, deixados por fatores sociais, geográficos, entre outros, fizeram com que os falantes de determinada zona convergissem em certos traços, o suficiente para formar um ramo coerente.

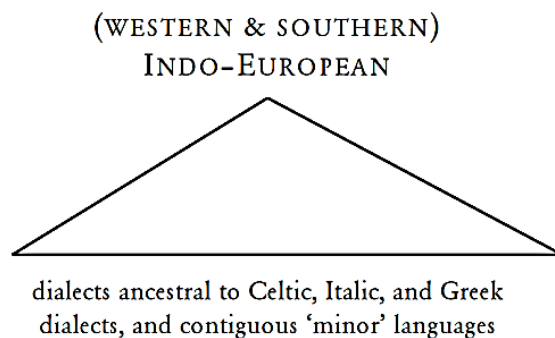


FIGURA 2. Modelo inaugural da proposta do *dialect continuum* por Garrett (1999).

Ora, nesta hipótese é finalmente possível atribuir um lugar ao lusitano e explicar as características, quer itálicas, quer célticas, bem como a presença de cognatos indo-iranianos vistos por Blazek como arcaísmos mantidos apenas na periferia da expansão dialetal do indo-europeu.

Todavia, a presença da conjunção *indi*, análoga ao germânico, ficaria ainda por explicar, não fosse a revisão deste modelo por Anthony & Adams (2015: 209), apresentado na Figura 3.

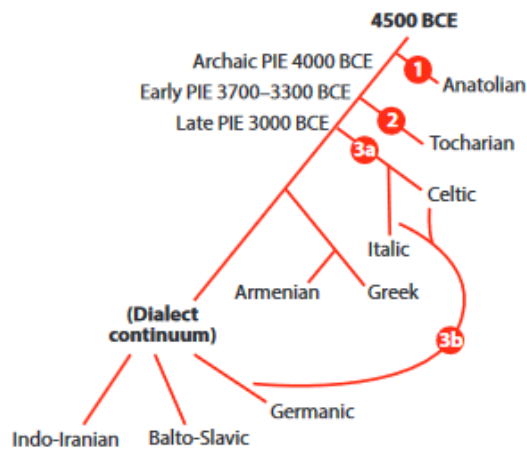


FIGURA 3. *Dialect continuum* revisto e aplicado a toda a família linguística por Anthony & Adams (2015).

Assim, concluímos que o *dialect continuum* estabiliza a filiação do lusitano dentro da família indo-europeia e que a própria língua dá um suporte substancial a esta teoria, uma vez que, de entre as que compõem os *minor groups*, é uma das mais bem documentadas e aquela em que se evidencia mais variedade de traços nos vários domínios da gramática, permitindo inviabilizar o modelo tradicional e conceber um novo que, em princípio, será aquele que até agora se aproxima mais daquilo que foi a dispersão das línguas indo-europeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *dialect continuum*, pelas razões que vimos acima, parece-nos ser o modelo com maior potência explicativa da difusão das línguas indo-europeias e do posicionamento de *outliers* como o lusitano.

Contudo, este modelo não está isento de problemas e tem sido contestado nos últimos anos, por um lado, por causa dos dados morfológicos em que se baseia (Fortson,

2015) e, por outro, porque não afasta a necessidade de organização das línguas indo-europeias em subgrupos (François, 2015).

No entanto, há ainda uma outra proposta, iniciada por Beekes (2011) e avançada por Miguel (2013) que é a de aquilo a que se chama «lusitano» nem ser um bloco linguístico-dialetal unificado, nem fazer parte da família indo-europeia. Poderia ser sim, um conjunto diversificado de línguas não indo-europeias muito antigas, cuja identidade não se conhece e, que, em virtude, em primeiro lugar, dos traços areais das línguas indo-europeias, supostamente célticas, que as rodeavam e, depois, do superestrato latino que as suplantou, incorporaram traços indo-europeus.

Em suma, neste, como em qualquer estudo paleolinguístico; o que podemos é dar hipóteses coerentes, apoiados nos escassos dados de que dispomos, sem deixar evidência da debilidade das mesmas.

REFERÊNCIAS

- Anthony, D.; Ringe, D. 2015. The Indo-European homeland from linguistics and archaeological perspectives. *Annual review of linguistics* 1: 199-219.
- Ball, M. J.; Müller, N. 2009. *The celtic languages*. New York: Routledge.
- Beekes, R. 2011. *Comparative Indo-European linguistics: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- Blazek, V. 2006. Lusitanian Language. *Studia Minora Facultatis Philosophicae Universitatis Brunensis* 11: 5-18.
- Bouckaert, R. 2012. Mapping the Origins and Expansion of the Indo-European Language Family. *Science* 337: 757-760.
- Chang, W. 2015. Ancestry-constrained phylogenetic analysis supports the Indo-European steppe hypothesis. *Language* 91: 194-244.
- Clackson, J. 2007. *Indo-European linguistics: an introduction*. New York: Cambridge University Press.
- Fortson, B. W. 2015. Indo-European: methods and problems. In C. Bower; B. Evans (eds.) *The Routledge handbook of historical linguistics*. New York: Routledge.

- François, A. 2015. Trees, waves and linkages: models of language diversification. In C. Bowern; B. Evans (eds.) *The Routledge handbook of historical linguistics*. New York: Routledge.
- Garrett, A. 1999. A new model of indo-european subgrouping and dispersal. In S. S. Chang; L. Liaw; J. Ruppenhofer (eds.). *Proceedings of the twenty-fifth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: BLS: 146-156.
- _____. 2006. Convergence in the formation of indo-european subgroups: phylogeny and chronology. In P. Forster; C. Renfrew (eds.). *Phylogenetic methods and the prehistory of languages* (pp. 139-151). Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.
- Goodwin, W. 1940. *A Greek Grammar*. London: MacMillan and Co.
- Jordán Cólera, C. 2007. Celtiberian. *e-Keltoi* 6: 749- 850.
- Kuriaki, K. 2007. *A grammar of modern Indo-European*. UE: Indo-European association.
- Lehmann, W. 1980. *Proto-Indo-European syntax*. USA: University of Texas Press.
- Luján Martínez, E R. 2006. The Language(s) of the Callaeci. *e-Keltoi* 6: 715-748.
- Moravcsik, E. 2012. *Introducing Language Typology*. Cambridge: University Press.
- Mallory, J. P.; Adams, D. Q. 2006. *The Oxford introduction to proto-indo-european and the proto-indo-european world*. Oxford: Oxford University Press.
- Martinet, A. 1994. *Des steppes aux océans: l' indo- européen et les «indo- européens»*. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Miguel, A. M. 2013. *As epígrafes em língua lusitana: memórias escritas da língua e da religião indígena*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Paz, R. M. 2008. *Historia de la Lengua Gallega*, EC: Lincom Europa.
- Prósper, M. B. 1999. The inscription of Cabeço das Fráguas revisited. Lusitanian and alteuropaisch populations in the west of the iberian peninsula. *Transactions of the Philological Society* 97: 151-183
- _____. 2002. *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Prósper, M. B.; Villar, F. 2009. Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita* 77: 1-32.
- Quiles, C.; López-Mencheró, F. 2012. *A grammar of modern Indo- European* (3ª ed.). Badajoz: Indo-European Language Association.
- Ramat, A.; Ramat, P. 1998. *The Indo- European languages*. London: Routledge.

- Renfrew, C. 1998. *Archaeology and language: the puzzle of Indo-European origins*. London: Pimlico.
- Schmidt, K. H. 1985. A Contribution to the Identification of Lusitanian. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: 319-341.
- Untermann 1965. *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*.
- Villar, F. 1991. *Los indoeuropeos y los orígenes de Europa: Lenguaje e Historia*. Madrid: Editorial Gredos.
- Witczak, K. 1999. On the indo-european origin of two lusitanian theonyms (Laebo and Reve). *Emerita* 67: 65-73.
- _____. 2005. *Jezyk i religia luzytanow: studium historyczno-porównawcze*. Łódź: Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego.
- _____. 2009. Lusitanian personal names with the equine motivation. *Lingua Posnaniensis* 51: 155-163.

¹ «Línguas» ou blocos linguístico-dialetais, como o liburno, o ligúrio, o venético, o messápico e o lusitano, que, apesar de alegadamente pertencerem à família indo-europeia e, ainda que com ligações estreitas aos ramos céltico e itálico, combinam características de outros ramos e, como tal, não se incluem em nenhum.

² O *multi-branching*, como vimos acima, é o termo usado para designar um problema teórico que é a sobre-ramificação do indo-europeu, no que diz respeito aos seus 'ramos primários'. Na verdade, a quantidade de ramos primários que saem ao mesmo tempo da língua da origem, não só não encontra par noutras famílias, como as ultrapassa bastante. Daí que, por exemplo, Anthony & Adams (2015), entre outros, tentem 'árvores binárias'.

³ O mesmo que *outliers*.

⁴ Veja-se Goodwin (1940: 132).